



CÂMARA DOS DEPUTADOS
Deputado Federal Jones Moura – PSD/RJ

EMENDA MODIFICATIVA Nº
(AO SUBSTITUTIVO DO PL Nº 2.179, DE 2022)

Altere-se a redação do art. 1º do Substitutivo do PL nº 2.179/2022, que passará a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 1º O Art. 14-A do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal), passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 14-A. Nos casos em que os servidores vinculados às instituições dispostas **nos incisos e no § 8º** do art. 144, os policiais legislativos de que tratam o § 3º do art. 27, o inciso IV do caput do art. 51, e o inciso XIII do caput do art. 52, todos da Constituição Federal, os peritos oficiais de natureza criminal e os agentes de segurança socioeducativos figurarem como investigados em inquéritos policiais, inquéritos policiais militares e demais procedimentos extrajudiciais, cujo objeto for a investigação de fatos relacionados ao uso da força letal praticados no exercício profissional, de forma consumada ou tentada, incluindo as situações dispostas no art. 23 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), ou decorrer do regular exercício da função pública, o indiciado poderá constituir defensor.” (NR)

JUSTIFICAÇÃO

A presente Emenda tem por finalidade aperfeiçoar o Substitutivo apresentado pelo eminente Relator, de modo a assegurar, mediante a inserção expressa do § 8º no texto, o direito ao exercício da defesa plena, através da representação e assistência dos guardas municipais pela da Defensoria Pública, uma vez aprovado o presente projeto, sem quaisquer margens de dúvidas interpretativas quanto aos órgãos de segurança pública constantes no art. 144 da CF.



ESB n.1/2023

Sala da Comissão, em 19 de junho de 2023.

Deputado Federal JONES MOURA
PSD - RJ

2 STF - RE 846854, Relator(a): LUIZ FUX, Relator(a) p/ Acórdão: ALEXANDRE DE MORAES, Tribunal Pleno, julgado em 01/08/2017, ACÓRDÃO ELETRÔNICO REPERCUSSÃO GERAL - MÉRITO DJe-022 DIVULG 06-02-2018 PUBLIC 07-02-2018.

